

MILITARIZAÇÃO NA ESCOLA ESTADUAL ALDÉBARO JOSÉ ALCÂNTARA NO MUNICÍPIO DE BONFIM NO ESTADO DE RORAIMA.

Edinaldo Estevam de Paiva

RESUMO

A escola pública no Brasil vem passando por diversas transformações nos últimos anos. Daí a importância da militarização no processo de redução de violência e mudanças de hábitos dos alunos, razão pelo qual surge a militarização. O objetivo da pesquisa é analisar por meio de revisão bibliográfica e estudo de caso, o modelo de gestão militarizada na escola Estadual Aldébaro José Alcântara no município de Bonfim no Estado de Roraima, a partir da inserção da Polícia Militar. A militarização das escolas é tema que levanta posicionamentos divergentes na sociedade, sendo que alguns posicionam-se favoravelmente e outros contrariamente à sua realização. Diante disso, esse trabalho buscou evidenciar os pontos positivos e negativos da sua realização, constatando-se como pontos positivos a melhora da qualidade do ensino e rendimentos dos alunos, bem como a redução da violência intraescolar. Já os pontos negativos observados foram a segregação da parcela mais pobre da sociedade e também a violação à Constituição Federal quanto à liberdade de expressão e o pluralismo político. Na entrevista realizada, constatou-se que todos os entrevistados já havia ouvido falar ou presenciou algum caso de violência na escola, o que demonstra a grave crise de violência que pode ser encontrada nas escolas públicas brasileiras. Além disso, a grande maioria dos entrevistados classificou as escolas públicas tradicionais como ruins ou péssimas, o que comprova a ineficácia do modelo de ensino hoje existente no Brasil. Acredita-se que a questão da violência possa de fato ser resolvida com a militarização escolar mas, para que estas sejam realmente eficazes no combate ao problema, é necessário que sejam revistos alguns pontos eliminando todo e qualquer entrave à matrícula da parcela mais pobre da sociedade em tais instituições.

Palavras-chave: Militarização – Qualidade - Ensino.

¹ Licenciatura Plena em Letras e-mail: estevampaiva@gmail.com

Artigo apresentado a Faceten como requisito parcial para obtenção do Título de Especialista em Gestão Escolar, sob orientação do professor Eloi Martins Senhoras. Boa Vista, 2018.

ABSTRACT

The public school in Brazil has undergone several transformations in recent years. It gives the importance of militarization in the process of reducing violence and changes in students' habits, which is why militarization arises. The objective of the research is to analyze, through a bibliographical review and case study, the model of militarized management at the Aldébaro José Alcântara State School in the municipality of Bonfim in the state of Roraima, since the insertion of the Military Police. The militarization of schools is a theme that raises divergent positions in society, some of which are favorable and others are contrary to their achievement. In view of this, this work sought to highlight the positive and negative aspects of its achievement, noting as positive points the improvement of the quality of education and income of students, as well as the reduction of intra-school violence. The negative points observed were the segregation of the poorest part of society and also the violation of the Federal Constitution regarding freedom of expression and political pluralism. In the interview, it was found that all the interviewees had heard or witnessed any case of violence in the school, which shows the serious crisis of violence that can be found in Brazilian public schools. In addition, the vast majority of respondents rated traditional public schools as bad or bad, which proves the inefficiency of the education model that exists in Brazil today. It is believed that the question of violence can in fact be solved by school militarization, but in order to be truly effective in combating the problem, it is necessary to review some points, eliminating any obstacles to the enrollment of the poorest part of society in such institutions.

KeyWords: Militarization – Quality – Teaching.

INTRODUÇÃO

A militarização das escolas é tema que se encontra em voga no cenário nacional, principalmente no Estado de Roraima desde o ano de 2016, quando foi firmado um acordo entre a Secretaria de Educação do Estado de Roraima e a Secretaria de Segurança Pública para que se desse início à militarização de algumas escolas públicas. Contudo a militarização das escolas é tema que divide opiniões entre especialistas, sendo que alguns a veem como uma forma de violação da liberdade de pensamento e expressão dentro das escolas e outros a veem como uma solução para a grave crise educacional que paira sobre o Brasil.

É justamente essa diversidade de opiniões que dá escopo para o presente trabalho, que terá como objetivo geral a análise das vantagens e desvantagens trazidas pela disciplina e hierarquia militar. Para que se cumpra o objetivo geral proposto, será analisado, inicialmente, a conceituação e o surgimento das escolas militares no Brasil.

O artigo propõe uma investigação sobre a recente inserção das instituições de segurança do Estado brasileiro na gestão das administrações públicas de ensino nos sistemas estaduais de educação. Com o pressuposto de diminuir a violência e melhorar o desempenho dos alunos num ambiente seguro tanto os alunos quanto os professores e funcionários. O Governo de Roraima a partir de uma parceria entre as Secretarias Estaduais de Segurança Pública e de Educação firmam convênio para que dezenove escolas públicas da capital e interior sejam repassadas à Polícia Militar e militarizadas.

As escolas selecionadas estão localizadas em sua maioria na periferia, com altos índices de homicídios e com baixos índices de aproveitamento no IDEB. É nessa conjuntura que o presente trabalho se debruça no sentido de analisar esse novo modelo de gestão implementado pelo Governo do Estado em sua política de militarização da educação, abordando os aspectos econômicos e sociais que atingem diretamente os jovens da periferia em situação de vulnerabilidade social.

O objetivo geral é identificar as determinações da inserção de métodos disciplinares da Polícia Militar do Estado de Roraima na gestão das escolas públicas militarizadas da rede estadual de ensino. Apesquisa tem ainda como objetivos específicos: Identificar os interesses da Polícia Militar na inserção dos policiais militares nos sistemas públicos de ensino no estado de Roraima e do

Brasil; Compreender as alterações nos projetos políticos pedagógicos das escolas que passam sua gestão para os Modelos de Gestão Militarizada; Avaliar se o modelo militarizado de gestão escolar se desdobra na intensificação da precariedade do trabalho docente e com isso conceder resultados positivos diante do cenário caótico em que se encontram as unidades escolares.

Trata-se de uma pesquisa básica, de análise de caráter explicativo, que se inserena categoria de pesquisa de tipo levantamento de informações acerca da situação atual. Para coleta de dados, utilizar-se-á de revisão de literatura de análise de fontes bibliográficas primárias e secundárias, além de entrevistas com diretores e membros da equipe pedagógica que vem dirigindo a política de inserção ensino militarizada.

Finalizada a análise conceitual, será realizada a análise de uma bibliografia pré-selecionada que trata das vantagens e desvantagens da militarização escolar e, com base nessa análise, serão apresentadas as considerações finais acerca da discussão proposta dos avanços considerados e alcançados ao longo do trajeto a que se observa.

GESTÃO ESCOLAR

Na neste artigo, abordaremos sobre o tema gestão escolar analisando do ponto de vista bibliográfico as questões pertinentes ao fazer gestão escolar, partindo de análise de alguns autores que aprofundaram estudos relevantes ao tema gestão escolar.

As instituições escolares vêm sendo pressionadas a repensar seu papel diante das transformações que caracterizam o acelerado processo de integração e reestruturação capitalista mundial. De fato, o novo paradigma econômico, os avanços científicos e tecnológicos, a reestruturação do sistema de produção e as mudanças no mundo do conhecimento afetam a organização do trabalho e o perfil dos trabalhadores, repercutindo na qualificação profissional e, por consequência, nos sistemas de ensino e nas escolas.

Essas mudanças atingem o sistema educacional, exigindo-se dele a adequação aos interesses do mercado e investimentos na formação de profissionais mais preparados e eficientes para as modificações do processo de

produção. Com efeito, estas modificações afetam a organização do trabalho nas empresas e o perfil de trabalhador necessário para novas formas de produção e, em consequência, os conhecimentos, habilidades atitudes necessários à qualificação profissional.

Por isso, a conquista da cidadania requer um esforço dobrado dos educadores em estimular instâncias e práticas de participação popular. A participação da comunidade possibilita o conhecimento, a avaliação dos serviços oferecidos e a intervenção organizada na vida da escola, podendo influenciar na democratização da gestão e na melhoria da qualidade de ensino (LIBÂNEO, 2001).

Para Libâneo, dentre os eixos criados para melhor compreensão de como deveria se dar a organização do trabalho escolar nas instituições de ensino, encontram-se como principais norteadores desse trabalho, a flexibilidade, a responsabilidade, a autonomia, a participação e o planejamento coletivo. Todos esses aspectos são primordiais para a qualidade do trabalho que é desenvolvido nas instituições de ensino, a partir da elaboração e implementação dos Projetos Políticos Pedagógicos.

Os meios até o momento para promover esta participação dos sujeitos envolvidos, é através da convocação para reuniões, visitas na escola, incentivo aos alunos para que seus pais venham até a escola, participem, conversem, acompanhem, procurem os professores, coordenação pedagógica e a gestão escolar.

MILITARIZAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL

A militarização das escolas públicas é tema que gera opiniões divergentes. Os autores que criticam a militarização das escolas pontuam que a disciplina militar fere o direito à liberdade de pensamento e de expressão, além de outros direitos, indo contra a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Nesse sentido, Silva aponta que:

No que concerne à questão legal, a Escola Militar fere vários princípios previstos na Lei de Diretrizes e Bases a educação brasileira e no Plano Nacional de Educação. Dentre esses princípios estão: a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; gestão democrática do ensino público; promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

É importante ressaltar a ilegalidade constatada na falta de gestão democrática da militarização das escolas públicas goianas, pois são destituídos diretores eleitos e colocados no cargo oficiais militares; é ilegal também pela cobrança de matrícula e mensalidade, essa travestida de Contribuição Comunitária Voluntária¹⁴; pela reserva de vagas a filhos de

militares; pela possibilidade de expulsar o estudante que descumpra as normas da escola; pelas punições impostas aos alunos; pelo cerceamento da liberdade de expressão etc. **Tudo isso produz um espaço escolarmuito mais marcado pela exclusão e disciplina, do que peladiversidade, liberdade e aprendizagem**(SILVA, 2016, p. 66).

A crescente entrega da gestão de escolas públicas à Polícia Militar em diferentes estados do país tem acendido um sinal de alerta junto à sociedade e pesquisadores da área de Educação. A chama "militarização" das escolas aparece como uma resposta à crescente violência no ambiente estudantil, seja contra professores, servidores ou entre os próprios alunos, além de relatos de tráfico de drogas. Experiências em alguns estados são defendidas como exemplos do sucesso de tal processo: disciplina, respeito, fim da violência e do tráfico, melhora no desempenho escolar.

Pesquisadores, no entanto, têm questionado pontos não levados em conta por trás dessa rotina de um ambiente mais limpo, e obrigação de continências, linguajar controlado e uniformes e cortes de cabelo militares. Em uma publicação, o Fórum Estadual de Educação também evidenciou repúdio a tal militarização, por ir contra os "princípios constitucionais de uma escola pública, gratuita, democrática, com igualdade de condições de acesso e permanência, pautada no pluralismo de ideias e concepções pedagógicas".

Segundo o posicionamento do autor supracitado, a Escola Militar acaba MILITARIZAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL os princípios de acesso à educação, trazendo graves prejuízos à universalização do ensino público no País. Ele ainda assevera que:

As crianças e, principalmente, os jovens apresentam dificuldades para permanecerem nessas escolas, pois o regime militar impede que esses sujeitos possam manifestar seus gostos, costumes, cultura e valores. Esse espaço militarizado é incompatível com a espontaneidade e expressões infanto-juvenis. A ditadura da farda sempre impecável, dos sapatos que devem estar sempre lustrados, cabelo de coque para as meninas e bem curto para os meninos, nada de maquiagem ou esmaltes em tons escuros, da barba sempre feita, da continência aos superiores, das punições etc., cria uma atmosfera de quartel que nega a cultura juvenil. **Nesse espaço, o jovem é impedido de exercer sua juventude. O mesmo clima de quartelrecai sobre os professores** (SILVA, 2016, p. 64/65).

Conforme afirma o autor, nas escolas militares deixa-se de lado os usos e costumes culturais dos alunos com o objetivo de se impor uma disciplina préestabelecida, transformando a escola em um ambiente repressivo. Para além

dos alunos, também se assevera que os professores são repreendidos pelos militares, devendo atuar cumprindo de forma estrita os regimentos das escolas militares.

MILITARIZAÇÃO NA ESCOLA ESTADUAL ALDÉBARO JOSÉ ALCÂNTARA NO MUNICÍPIO DE BONFIM NO ESTADO DE RORAIMA BRASIL

A pretensão é compreender o processo educativo desenvolvido na escola Aldébaro José Alcântara, após esse primeiro contato com as escolas da região, o Colégio Estadual Militarizado Aldébaro José Alcântara teve sua criação no decreto nº 24.851 E no dia 05 de março do ano 2018, localizada a rua Castro Alves – centro de Bonfim, que atende a uma clientela de 523 docentes distribuídos nas modalidades de Ensino Regular e EJA, sendo 450 na primeira modalidade distribuídos nos turnos matutino e vespertino e 73 na segunda modalidade no turno noturno, 58 professores da rede estadual e federal fazem o trabalho docente, 13 servidores fazem o trabalho de apoio pedagógico, 01 gestor pedagógico e 01 gestor militar são responsáveis pela administração escolar, 02 coordenadores pedagógicos auxiliam os trabalhos docentes nas atividades desenvolvidas e 03 policiais contemplam os trabalhos de disciplina militar.



Alunos no horário de saída.

Sendo assim, pareceu como o local ideal para analisar e entender como acontecem essas relações interculturais, pois sua missão é Educar – Disciplinar- Formar, assegurando aos alunos um ensino de qualidade, garantindo uma aprendizagem significativa, tornando os reflexivos, criativos, argumentadores e autônomos, sujeito de seu próprio desenvolvimento do sentimento do amor à pátria, disciplina consciente, culto as tradições nacionais e respeito aos direitos humanos, visto que, esta Instituição acolhe alunos de distintas realidades culturais, de diferentes nacionalidade e etnia.

Para o desenvolvimento do presente artigo, adotou-se inicialmente uma abordagem qualitativa, preocupando-se com a compreensão do fenômeno que é a militarização das escolas públicas (GERHARDT; SIVEIRA, 2009).

Buscou-se averiguar quais as vantagens e desvantagens que podem advir da militarização das escolas públicas, especialmente no estado de Roraima, abordando questões adversas como a melhoria do ensino público e a exclusão de alunos mais pobres (MEZZAROBA; MONTEIRO, 2009).

A violência que sempre marcou a cidade de Bonfim, fruto de roubos e considerado hoje uma “área vermelha” do Estado de Roraima devido aos altos índices de criminalidade, área de fronteira internacional e tráfico de drogas, havia ultrapassado os muros do colégio. Em 2016, a pedido do governo estadual, a Polícia Militar assumiu o controle da escola, que passou a se chamar **COLÉGIOESTADUAL MILITARIZADOALDÉBARO JOSÉ ALCÂNTARA** que atende cerca de 523alunos dos Ensinos Fundamental, Médio e EJA.

A mudança veio acompanhada de uma reforma na estrutura física e de uma gestão “linha dura”. Farda e horário rígido para entrar jáque no modelo comum de ensino, os alunos costumam ser indisciplinados, o que acaba atrapalhando o processo de ensino-aprendizagem. A saída do recinto, só quando todas as tarefas forem finalizadas. A ordem é tirar a bateria do celular depois de entrar na escola. Se flagrado usando o aparelho, o aluno terá que esperar até o bimestre seguinte para reavê-lo.

Hoje, ao passarem pelos policiais armados que atuam como inspetores nos corredores, estudantes endireitam a coluna e batem continência. A rotina nos rígidos moldes militares inclui gritos de guerra antes de iniciar a jornada, além de distribuição de alamar (distintivos e patentes) numa solenidade típica de militar comportado para quem tem notas de destaque a cada bimestre. Indisciplinas reiteradas levam à expulsão. Só nos cinco primeiros meses de 2018, cinco foram desligados por não se adequarem. O corpo docente também mudou, e alguns dos professores que não se encaixaram as normas e ao novo comportamento exigido para tal mudança pedagógica discente, deixou a escola por se sentir indiferente as normas, pois o novo implica em desafios e nem todos inseridos num processo de transformação estão sujeitos a seguir em frente com os obstáculos que surgem.



Aluno sendo condecorada pelo Alamar.

Existem normas rígidas quanto à higiene pessoal e ao estado do fardamento, que deve estar sempre limpo e completo. O cabelo das meninas deve ser usado preso em coque e o dos meninos cortado no “estilo militar”, com máquina dois no pé e três no topo. Menino com cabelo grande demais volta para casa e só retorna às aulas depois de uma visita ao barbeiro. Além de manter posição durante o início da aula e cantar o hino diariamente, os alunos devem bater continência para os comandantes e superiores, assim como para os alunos que tiram as melhores notas, considerados “oficiais” da sala.



Alunos recebendo instruções de comportamento militar

Os bons resultados e os índices de aprovação obtidos pelo Colégio Estadual Militarizado Aldébaro José Alcântara, além da nova realidade do IDEB, e os novos métodos de comportamentos apresentado pelos alunos dentro e fora do

colégio, como no âmbito familiar, somam-se a principal justificativa tanto para a expansão da rede como também para o esforço financeiro na aquisição do fardamento que são padronizados e dessa forma tem custo significativo na renda das famílias, desempenhado pelos pais dos docentes como forma de recompensa, satisfação prazerosa nos resultados apontados ao longo de cada bimestre escolar quando acontecem a entrega dos certificados e condecorações aos alunos mais bem avaliados pelos professores nas disciplinas que são ministradas no âmbito pedagógico e nos métodos e moldes militares.



Alunos no desfile do 7 de setembro – Bonfim - RR

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento do presente trabalho pode-se observar que as escolas militarizadas trazem diversas vantagens como a redução da violência escolar e melhor desempenho por parte dos alunos. Vislumbrou-se que as escolas militares são exemplares, ficando sempre dentre as melhores no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Contudo, tais instituições acabam violando a Constituição Federal ao não respeitar pontos como a liberdade de expressão e o pluralismo político. Outro grande problema é a segregação de alunos mais pobres.

Na pesquisa realizada em uma conversa com os funcionários e alunos, constatou-se que todos os entrevistados já haviam ouvido falar ou presenciado algum caso de violência na escola antes da militarização, o que demonstra a grave crise de violência que pode ser encontrada nas escolas públicas brasileiras. Os dados obtidos na pesquisa apenas confirmam o fato de que é imenso o problema da violência e da falta de controle comportamental interescolar, colocando o Brasil entre os primeiros colocados no ranking dos países que possuem altos índices de violência nas escolas.

Apesar da principal justificativa divulgada como respaldo à militarização da gestão das escolas públicas serem a violência escolar que assola as grandes cidades não foi possível identificar que exista uma concentração de escolas militarizadas nos bairros e regiões com maiores concentrações de taxas criminais. Este processo de militarização da gestão das escolas é disperso e tem ocorrido em instituições de distintos bairros.

Acredita-se que a questão da violência possa de fato ser resolvida com a militarização escolar, mas, para que estas sejam realmente eficazes no combate ao problema, é necessário que sejam revistos alguns pontos eliminando todo e qualquer entrave à matrícula da parcela mais pobre da sociedade em tais instituições.

Conclui-se que militarização da gestão das escolas públicas do estado de Roraima é uma expressão da onda conservadora na educação, inserido no interior das escolas um ensino “interessado” e de valores que objetivam formar por meio de instrumentos de disciplinamento militar.

REFERÊNCIAS

EDITORES DA REVISTA EDUCACAO & SOCIEDADE. **PRIVATIZAÇÃO E MILITARIZAÇÃO: AMEAÇAS RENOVADAS À GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA**. Educ. Soc., Campinas, v. 37, n. 134, p. 1-7, mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302016000100001&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 23 nov 2018.

FERREIRA, Rafael dos Reis; PARO, Thais Pereira. **AS ESCOLAS MILITARIZADAS COMBATEM A VIOLÊNCIA ESCOLAR? UMA ANÁLISE SOBRE O CONCEITO DE VIOLÊNCIA SOB A PERSPECTIVA DE PIERRE BOURDIEU, MICHEL FOUCAULT E THEODOR ADORNO**. Bebedouro/SP: Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, 2017.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de Metodologia de Pesquisa no Direito**. São Paulo: Saraiva, 2009.

SADDI, Rafael. **Colégio da Polícia Militar excluem os alunos mais pobres**. Diário da Manhã, 6 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www.dm.com.br/cultura/2015/08/colegios-da-policia-militar-excluem-osalunos-mais-pobres.html>. Acessado em 01 de dez. de 2018.

SILVA, Alexsander Batista e. **A geografia do espaço escolar: jovem-aluno, práticas espaciais e aprendizagem geográfica**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2016.

TIECKER, Angelika; PILONETTO, Dhiulya. **Sistema educacional brasileiro: a falha da atualidade que põe em risco o futuro**. Disponível em: < <http://lancenoticias.com.br/coluna/sistema-educacional-brasileiro-a-falha-da-atualidade-que-poe-em-risco-o-futuro/>>. Acessado em 23 novembro 2018.